

EMENDA Nº - CM  
(à MPV nº 1.171, de 2023)

Dê-se aos arts. 13 e 14 da Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023, a seguinte redação, mantido o § 2º acrescido ao art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995:

“Art. 13. ....

‘Art. 1º .....  
.....

IX – a partir do mês de abril do ano-calendário de 2015 e até o mês de abril do ano-calendário de 2023;  
.....

X – a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023:

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.913,10	zero	zero
De 2.913,11 até 4.324,77	7,5	218,48
De 4.324,78 até 5.739,11	15	542,84
De 5.739,12 até 7.136,96	22,5	973,27
Acima de 7.136,96	27,5	1.330,12

.....’ (NR)”

“Art. 14. ....

‘Art.4º .....  
.....

III – .....  
.....

j) R\$ 290,07 (duzentos e noventa reais e sete centavos), a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023;  
.....

VI – .....  
.....

j) R\$ 2.913,10 (dois mil, novecentos e treze reais e dez centavos), por mês, a partir do mês de maio do ano-calendário de 2023;

.....’ (NR)

‘Art. 8º .....  
.....

II – .....

b) .....

11. R\$ 5.449,10 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e dez centavos), a partir do ano-calendário de 2023;

c) .....

10. R\$ 3.480,87 (três mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) a partir do ano-calendário de 2023; .....’ (NR)

‘Art. 10 .....

X – R\$ 25.634,14 (vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos) a partir do ano-calendário de 2023.

.....’ (NR)”

## JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória (MPV) nº 1.171, de 2023, entre outras medidas relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), atualiza em 10,925% a faixa de isenção da tabela progressiva.

A medida é bem-vinda, porém precisamos avançar mais. No âmbito desse tributo, é enorme a defasagem da tabela progressiva em vigor em face da inflação. Com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado, considerando-se a última atualização, ocorrida em abril de 2015, a tabela está desatualizada em patamar superior a 53%.

Dessa forma, a renda do trabalhador é, ano após ano, achatada pelo Fisco em razão da ausência de correção da tabela progressiva do IRPF.

Além disso, a MPV não corrige o valor das demais faixas e das deduções autorizadas na legislação tributária, como dependentes, instrução e parcela isenta da aposentadoria. Também ficou de fora a correção do desconto simplificado.

Nossa proposta é justamente corrigir essa falha e aplicar a correção com base no IPCA acumulado entre abril de 2015 e dezembro de 2022, de 53%.

Sala das Sessões, 04 de maio de 2023.

Senador IZALCI LUCAS  
(PSDB/DF)